

CNPJ. 03 354 560/0001-32

LEI Nº 971/2010 DE 21 DE JUNHO DE 2010.

"Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual e dá outras providências".

WILIAM DOUGLAS DE SOUZA BRITO,

PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS, no uso das atribuições legais, que o cargo lhe, com fulcro na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei regula o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao micro empreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº 123/06, criando a LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS.

Parágrafo único. Aplicam-se ao MEI todos os benefícios e todas as prerrogativas previstas nesta Lei para as ME e EPP.

Art. 2º. O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao micro empreendedor individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal:

I – os incentivos fiscais;

II – a inovação tecnológica e a educação empreendedora;



CNPJ. 03 354 560/0001-32

V – redução da base de cálculo do ISS, no percentual de 1% (um por cento) para as empresas cuja receita bruta nos últimos 12 (doze) meses não ultrapassar o limite de R\$5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).

- VI No caso de concessão ou ampliação de benefícios que resultem em renúncia fiscal, observar o disposto no artigo 47.
- VII ISSQN devido por microempresa que aufira receita bruta, no anocalendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), poderá ser cobrado por valores fixos mensais, conforme dispuser o Executivo municipal, em conformidade com as normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
- VIII Os valores fixos mensais estabelecidos para recolhimento do ISS, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, não poderão exceder a 50% (cinqüenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo para a faixa de enquadramento prevista nas tabelas dos Anexos da Lei Complementar Federal nº 123/06.
- IX Os benefícios previstos nesta Lei aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência desta Lei, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- **Art. 17**. Os benefícios previstos nesta Lei aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência desta Lei, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
- **Art. 18.** As empresas cuja atividade seja escritório de serviços contábeis deverão recolher o ISS de acordo com a Legislação Municipal.
- **Art. 19.** Os benefícios previstos nesta Lei, não constantes na Lei Complementar Federal nº 123/06, aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência desta Lei, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da ME e EPP nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06.





CNPJ. 03 354 560/0001-32

CAPÍTULO VII DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

- **Art. 20.** Caberá ao Poder Executivo municipal a designação de servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos na presente Lei, observadas as especificidades locais.
- § 1º A função de agente de desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.
- § 2º O agente de desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:
- I residir na área da comunidade em que atuar;
- II ter concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento;
- III ter concluído o ensino fundamental/primeiro grau.
- § 3º Caberá ao agente de desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

CAPÍTULO VIII DA CAPACITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Art. 21. Todos os serviços de consultoria e instrutora contratados pela ME ou EPP e que tenham vínculo direto com seu objeto social ou com a



CNPJ. 03 354 560/0001-32

capacitação gerencial ou dos funcionários terão a alíquota de ISSQN reduzidas a 2% (dois inteiros por cento).

CAPÍTULO IX DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA Seção I Do apoio à inovação

- **Art. 22.** O Poder Público municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.
- **Art. 23.** O Poder Público municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam fundamentadas em conhecimento e inovação tecnológica.

CAPÍTULO X DO ACESSO AOS MERCADOS Das aquisições públicas

Art. 24. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº123/06.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto nesta Lei, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 25. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, a administração pública municipal deverá:





CNPJ. 03 354 560/0001-32

I – instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os cadastros existentes, para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;

 II – divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adéquem os seus processos produtivos;

III – na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte;

IV – estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações.

- **Art. 26.** As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município ou na região.
- **Art. 27.** Exigir-se-á da microempresa e da empresa de pequeno porte, para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:
- I ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- II inscrição no CNPJ para fins de qualificação;

III – certidão atualizada de inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP).





CNPJ. 03 354 560/0001-32

- **Art. 28.** A comprovação de regularidade fiscal das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos de contratação e não como condição para participação na habilitação.
- § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- § 2º Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e nos demais casos, o momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- § 3º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- § 4º O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.
- **Art. 29.** As entidades contratantes deverão, nos casos de contratações cujo valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), exigir dos licitantes, para fornecimento de bens, serviços e obras, a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte em percentual mínimo de 5% (cinco por cento), sob pena de desclassificação.
- § 1º A exigência de que trata o *caput* deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.
- § 2º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.





CNPJ. 03 354 560/0001-32

- § 3º As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.
- § 4º A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente contratado até a sua execução total, notificando o órgão ou a entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- § 5º A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.
- § 6º Os empenhos e os pagamentos do órgão ou da entidade da administração poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- § 7º Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do § 5º, a administração deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.
- § 8º Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a administração pública municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- **Art. 30.** A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- I microempresa ou empresa de pequeno porte;
- II consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.
- **Art. 31.** Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a administração pública municipal deverá reservar cota de até 25% (vinte e





CNPJ. 03 354 560/0001-32

cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

- § 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o *caput*.
- § 2º Aplica-se o disposto no *caput* sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atendam às exigências constantes no instrumento convocatório.
- § 3º Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade e observando-se o seguinte:
- I a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento).
- § 4º Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- **Art. 32.** Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- § 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.
- § 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até 5% (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta ou do menor lance, caso os licitantes tenham oferecido.
- **Art. 33.** Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



CNPJ. 03 354 560/0001- 32

 I – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 29, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 29, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- § 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- § 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- § 3º No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III deste artigo.
- § 4º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou pela entidade licitante, e deverá estar previsto no instrumento convocatório, sendo válido para todos os fins a comunicação feita na forma que o edital definir.
- Art. 34. Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e





CNPJ. 03 354 560/0001-32

empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

- Art. 35. Não se aplica o disposto nos arts. 24 ao 31 quando:
- l os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;
- II não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- III o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- IV a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.
- **Art. 36.** O valor licitado por meio do disposto nos arts. 24 a 31 não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.
- **Art. 37.** Para fins do disposto nesta Lei, o enquadramento como ME e EPP se dará nas condições do art. 3º do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Lei Complementar Federal nº123/06.
- **Art. 38.** O município proporcionará a capacitação dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da administração municipal sobre o que dispõe esta Lei.
- **Art. 39.** A administração pública municipal definirá, em 180 dias a contar da data da publicação desta Lei, meta anual de participação das micro e pequenas empresas nas compras do município, que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) e implantar controle estatístico para acompanhamento.





CNPJ. 03 354 560/0001-32

Art. 40. Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a administração pública municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade do pregão presencial.

Capitulo XI Estímulo ao mercado local

Art. 41. A administração pública municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO XII DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

- **Art. 42.** A administração pública municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, poderá reservar em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou pela União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.
- **Art. 43** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE ADESÃO AO BANCO DA TERRA (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no Município (conforme definido na Lei Complementar nº. 93, de 4/2/1996, e Decreto Federal nº. 3.475, de 19/5/2000), para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados

à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária.



CNPJ. 03 354 560/0001-32

III – o incentivo à formalização de empreendimentos;

 IV – a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

V – a simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os

fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades consideradas de alto risco;

 VI – a regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

VII – a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

- **Art. 3º.** Cria-se o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, ao qual caberá gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido ao MEI, às ME e às EPP de que trata esta Lei, competindo a ele:
- I regulamentar mediante resoluções a aplicação e observância desta Lei;
- II gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas especificas decorrentes dos capítulos desta Lei;
- III estabelecer o regimento interno do Comitê Gestor Municipal, disciplinando as omissões desta Lei.
- **Art. 4º.** O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, de que trata a presente Lei, será constituído por 3 (três) membros, com direito a voto, representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados pelos mesmos:
- I Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico;
- II Secretaria Municipal de Administração;





CNPJ. 03 354 560/0001-32

Art. 44. A administração pública municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO XII DO ACESSO À JUSTIÇA

- **Art. 45** O Município realizará parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasil OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- **Art. 46** O Município celebrará parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de

interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

- § 1º O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.
- § 2º Com base no *caput* deste artigo, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.





CNPJ. 03 354 560/0001- 32

CAPITULO XIV DO ASSOCIATIVISMO

Art. 47. O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro

de 2006, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

- **Art. 48** A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.
- **Art. 49** O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do (a):
- I estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;
- II estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;
- III estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;



CNPJ. 03 354 560/0001- 32

- IV criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;
- V apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;
 - VI cessão de bens e imóveis do município.

CAPÍTULO XV DA MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

- **Art. 50.** O município poderá celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.
- § 1º O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreende campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.
- § 2º Com base no *caput* deste artigo, o município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades, com a finalidade de criar e implantar o setor de conciliação extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS





CNPJ. 03 354 560/0001-32

- Art. 51. É concedido parcelamento, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos ao ISSQN e aos demais débitos com o município, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos nos últimos cinco anos.
- § 1° O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 50,00 (cinqüenta reais).
- § 2º Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.
- § 3º O parcelamento será requerido na Secretaria Municipal da Fazenda.
- § 4º A inadimplência de 3 (três) parcelas consecutivas é causa de rescisão dos efeitos do parcelamento, mediante notificação.
- § 5º As parcelas serão atualizadas monetariamente, anualmente, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- **Art. 52.** Fica instituído o Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento, que será comemorado em 5 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. Nesse dia, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

- **Art. 53.** A Secretaria Municipal da Fazenda elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e das vantagens instituídos por esta Lei, especialmente atendo em vista a formalização dos empreendimentos informais.
- **Art. 54.** A administração pública municipal, como forma de estimular a criação de novas micro e pequenas empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

THE STATE OF THE S



CNPJ. 03 354 560/0001-32

- **Art. 55.** Toda a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá atender ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar 101/2000.
- **Art. 56.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações constantes do orçamento municipal.
- **Art. 57.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subseqüente à sua publicação.
- Art. 58. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Rio Verde de Mato Grosso - MS, 30 de Junho de 2010.

WILIAM DOUGLAS DE SOUZA BRITO

475280E

Prefeito Municipal

01-B

que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE DE WILIAM DOUGLAS DE SOUZA BRITO Federal e na Lei Orgànica Municipal, faz saber legais, que o cargo lhe, com fulcro na Constituição MATO GROSSO - MS, no uso das atribuições

CAPITULO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regula o tratamento jurídico com o que dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 assegurado ao micro empreendedor individual diferenciado, simplificado e favorecido EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE RIO Federal nº 123/06, criando a LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E da Constituição Federal e a Lei Complementar denominadas ME1, ME e EPP, em conformidade pequeno porte (EPP), doravante simplesmente (MEI), às microempresas (ME) e às empresas de VERDE DE MATO GROSSO - MS

Paragrafo único. Aplicam-se ao MEI todos os Lei para as ME e EPP. beneficios e todas as prerrogativas previstas nesta

ao micro empreendedor individual inclura, entre simplificado, favorecido e de incentivo às microempresas, às empresas de pequeno porte e outras ações dos orgãos e entes da administração O tratamento diferenciado,

I - os incentivos fiscais;

II – a inovação tecnológica e a educação

empreendimentos: o incentivo à formalização

registro e de legalização de empresários e de IV - a unicidade e a simplificação do processo de

dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios V - a simplificação, racionalização e uniformização

definição das atividades consideradas de alto empresarios e pessoas jurídicas, inclusive com a fins de registro, legalização e funcionamento de

 VI – a regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquei Natureza (ISSQN);

VII - a preferência nas aquisições de bens e Micro e Pequenas Empresas; ao qual caberá serviços pelos orgãos públicos municipais. ao MEI, às ME e às EPP de que trata esta Lei gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido Art. 3º, Cria-se o Comité Gestor Municipal das

observancia desta Lei; regulamentar mediante resoluções a aplicação

atenderão às demandas específicas decorrentes - gerenciar os subcomitês técnicos que

empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas. Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saude, e outras que envolvidas para abertura de microempresa ou venizam a ser criadas.

alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos a abertura, à inscrição, ao registro, ao referentes a taxas, emolumentos e demais custos § 3º - Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores Seção I relativos ao disposto no § 2o deste artigo.

registro, exceto nos casos em que o grau de nsco de operação do estabelecimento após o ato de Art. 7°. Fica instituído o Alvará Funcionamento Provisório, que permitirá o início

§ 1º – Para efeitos desta Lei, considera-se como da atividade seja considerado alto

definidas pelo Comitê Gestor da REDESIM. atividade de alto risco aquelas que assim forem sejam prejudiciais ao sossego público e que tragam § 2º - Para efeitos desta Lei considera-se como riscos ao meio ambiente e que contenham entre atividade de risco alto aquelas cujas atividades

- material inflamavel

 II – aglomeração de pessoas III - possam produzir nível sonoro superior ao

V - Outras atividades assim definidas em Lei [V – material explosivo; estabelecido em Lei;

será cancelado se após a notificação da Gestor da REDESIM. exigências e os prazos estabelecidos pelo Comitê Municipal fiscalização orientadora não forem cumpridas § 3° - O Alvará de Funcionamento Provisório

CAPITULO III DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 8°. A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, uso do solo, sanitário, ambiental e de exceto na ocorrência de reincidência, fraude de dupla visita para lavratura de auto de infração grau de risco compatível com esse procedimento deverá ter natureza orientadora, quando a de pequeno porte e aos demais contribuintes. fiscalização municipal, será observado o critério atividade ou situação, por sua natureza, comportar segurança, relativos as mucrocampresas, as empresas resistência ou embaraço à fiscalização. Art. 9°. Nos moldes do artigo anterior, quando da

fins deste artigo, a prática do mesmo ato no Parágrafo único. Considera-se reincidência, para período de 12 (doze) meses, contados do ato

ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento, e em ação posterior de caráter possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta verificação e orientação para que o responsávei irregulandade na primeira visita, não for efetuada Art. 10. A dupla visita consiste em uma primeira irregularidade, será lavrado um termo Art. 11. Quando na visita for constatada qualquer a respectiva regularização no prazo determinado quando verificada qualque

a microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no més subsequente ao do início de atividade em guia própria do municipio:

no Simples Nacional por valores fixos mensais pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS IV – na hipótese de a microempresa ou empresa de não caberá a retenção a que se refere o caput deste

 V – na hipotese de a microempresa ou empresa de prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei percentual de ISS referente à maior aliquota pequeno porte não informar a alíquota de que fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao tratam os incisos l e ll deste artigo no documento

prestador de serviços quando a alíquota do ISS diferença será realizado em guia própria do devida, hipótese em que o recolhimento dessa VI - não será eximida a responsabilidade do informada no documento fiscal for inferior à

definitivo, e sobre a receita de prestação de VII - o valor retido, devidamente recolhido, será incidência de ISS a ser recolhido no Simples serviços que sofreu a retenção não haverá

Capitulo VI

Art. 16. Os MEis, Mês e EPPs terão os seguintes Dos beneficios fiscais

instalação e funcionamento de microempresas da taxa de licença e fisculização para localização [– redução de 10% (dez por cento) no pagamento

II - ficam reduzidos a 50% (cinqüenta por cento) empresas de pequeno porte:

os valores referentes a taxas, emolumentos e registro, ao alvará, a licença e ao cadastro do micro demais custos relativos a abenura, à inscrição, ao III – redução empreendedor individual de 20% (vinte por cento) no

cuja receita bruta nos últimos 12 (doze) meses bruta nos últimos doze meses não ultrapassar o IV – isenção do ISS para as empresas cuja receita alugado ou cedido que seja utilizado pela instalação, incidente sobré unico imóvel próprio pagamento do Imposto Predial e Territorial não ultrapassar o limite de R\$5.300.00 (cinco percentual de 1% (um por cento) para as empresas V - redução da base de cálculo do ISS, no limite de R\$10.300,00 (dez mil e trezentos reais) microempresa e empresa de pequeno porte: Urbano (IPTU) nos primeiros 12 (doze) meses de

VI - No caso de concessão ou ampliação de benefícios que resultem em renúncia fiscal. observar o disposto no artigo 47. mil e trezentos reais).

R\$ 120.000.00 (cento e vinte mil reais), poderá dispuser o Executivo municipal, em conformidade ser cobrado por valores fixos mensais, conforme receita bruta, no ano-calendário anterior, de até VII - ISSQN devido por microempresa que aufira com as normas expedidas pelo Comitê Gestor do

VIII - Os valores fixos mensais estabelecidos para recolhimento do ISS, independentemente da Simples Nacional

cooperação entre os agentes envolvidos e destes de parques tecnológicos, buscando promover a coordenará iniciativas de criação e implementação com empresas cujas atividades estejam

concedido tratamento favorecido, diferenciado e serviços e obras do município, deverá ser pequeno porte nos termos do disposto na Lei simplificado para as microempresas e empresas de

pública municipal direta, os fundos especiais, as nesta Lei, além dos órgãos da administração públicas, as sociedades de economia mista e as autarquias, as fundações públicas, as empresas dernais entidades controladas direta 9

Art. 25. Para a ampliação da participação das licitações, a administração pública municipal microempresas e empresas de pequeno porte nas

de fornecimento, de modo a possibilitar as microempresas e empresas de pequeno porte devera: notificação das licitações e facilitar a formação de sediadas regionalmente, com as respectivas linhas adequar os cadastros existentes, para identifica

e empresas de pequeno porte para que adéquem contratados de modo a orientar as microempresas

a estimativa de quantitativo e de microempresas e empresas de pequeno porte; IV - estabetecer e divulgar um planejamento anual III – na definição do objeto da contratação, não das contratações públicas a serem realizadas, com injustificadamente a deverá utilizar especificações que restrinjam participação das data das

licitação com base nos incisos i e il do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 deverão ser e empresas de pequeno porte sediadas no preferencialmente realizadas com microempresas município ou na região.

de pequeno porte, para habilitação em quaisquer bens para pronta entrega ou serviços imediatos licitações do município para fornecimento de apenas o seguinte:

Comercial do Estado, com a designação do porte III – certidão atualizada de inscrição na Junta II – inscrição no CNPJ para fins de qualificação: fundamentadas em conhecimento e inovação

CAPITULO X DO ACESSO AOS MERCADOS

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto

I – instituir cadastro proprio, de acesso livre, ou

Art. 27. Exigir-se-á da microempresa e da empresa

de contratação e não como condição para (ME ou EPP).

Art. 28. A comprovação de regularidade fiscal das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos das mesos condiçãos para exigidad e participação na habilitação

§ 1º - O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou empresas de

Art. 24. Nas contratações públicas de bens Complementar Federal nº123/06. Das aquisições públicas

indiretamente pelo municipio.

 II – divulgar as especificações dos bens e serviços parcerius e subcontratações;

os seus processos produtivos;

Art. 26. As contratações diretas por dispensas de contratações.

I - ato constitutivo da empresa, devidamente

cento) do objeto para a contratação deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por de objeto para a contratação de complexo, a administração pública municipal microempresas e empresas de pequeno porte

pequeno porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 disputa de que trata o caput. § 2° - Aplica-se o disposto no caput sempre que

e que atendam às exigências constantes no como microempresa ou empresa de pequeno porte (três) fornecedores competitivos enquadrados instrumento convocatório.

ao total do objeto não poderá ultrapassar 25% a soma dos percentuais de cada cota em relação múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da § 3º - Admite-se a divisão da cota reservada em competitividade e observando-se o seguinte:

(vinte e cinco por cento).

da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos reservada, está poderá ser adjudicada ao vencedor preço do primeiro colocado. licitantes remanescentes, desde que pratiquem o 4º - Não havendo vencedor para a cota

critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno Art. 32. Nas licitações será assegurado, como

em que as iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao microempresas e empresas de pequeno porte sejam § 1º - Entende-se por empate aquelas situações menor preço. ofertas apresentadas pelas

a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até 5% (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta ou do percentual estabelecido no § 1º será apurado após ocorrendo o empate, proceder-se-a da seguinte Art. 33. Para efeito do disposto no artigo anterior menor lance, caso os licitantes tenham oferecido § 2º - Na modalidade de pregão, o intervalo

do certame, situação em que será adjudicado em de preço inferior aquela considerada vencedora l - a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta

I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 29, na ordem classificatoria para o ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso II – não ocorrendo a contratação da microempresa seu favor o objeto; exercício do mesmo direito;

apresentados pelas microempresas e empresas de III – no caso de equivalência dos valores que primeiro poderá apresentar melhor oferta. § 1º - Na hipótese da não-contratação nos termos sorteio entre elas para que se identifique aquela estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 29, será realizado pequeno porte que se encontrem nos intervalos

adjudicado em favor da proposta originalmente previstos nos incisos 1, II e III, o contrato será § 2º - O disposto neste artigo somente se aplicará กแลกฝัก a melhor oferta inicial não tiver sido vencedora do certame.

)iário do Estado anual percentual a ser utilizado para apoiar

programas de crédito e ou garantias, isolados ou

suplementarmente aos programas instituídos pelo

regulamentação do Poder Executivo. Art. 43 - Fica o Poder Executivo Municipal Complementar nº. 93, de 4/2/1996, e Decreto Federal nº. 3.475, de 19/5/2000), para a criação Municipio (conforme definido Desenvolvimento Agrário, visando à instituição BANCO DA TERRA (ou seu sucedâneo), com a autorizado a firmar TERMO DE ADESÃO AO Estado ou pela União, de acordo do Núcleo Municipal Banco da Terra no União, por intermédio do Ministério do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos na Lei

do setor rural no âmbito de reordenação fundiária. à concessão de créditos a microempreendimentos programas چ

no município, de cooperativas de crédito e outras operações de crédito com microempresas tenham como principal finalidade a realização de instituições financeiras, público e privadas, que fomentará e apoiará a instalação e a manutenção Art. 44. A administração pública municipal empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO XII DO ACESSO À JUSTIÇA

aplicação do disposto no artigo 74 da Lei entidades de classe, instituições de ensino Art. 45 - O Município realizará parcerias com a entidades locais, inclusive com o Poder Art. 46 - O Município celebrará parcerias com e microempresas o acesso à justica, priorizando a orientar e facilitar às empresas de pequeno porte superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasi iniciativa privada, através de convênios com interesse das empresas de pequeno porte e miscroempresas localizadas em seu território. arbitragem para solução de conflitos de dos institutos de conciliação prévia, mediação e Judiciário, objetivando a estimulação e utilização Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 OAB e outras instituições semelhantes, a fim de

artigo compreenderá campanhas de divulgação. cos custos administrativos e aos honorários diferenciado, simplificado e favorecido no tocante serviços de esclarecimento e tratamento cobrados. 1º - O estímulo a que se refere o caput deste

de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade § 20 - Com base no caput deste artigo, o Município

DO ASSOCIÂTIVISMO CAPITULO XIV

organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei de 2006, ou outra forma de associação para os fins microempresas e empresas de pequeno porte a Art. 47. O Poder Executivo incentivarà Complementar nº 123, de 14 de dezembro

alocar recursos para esse fim em seu orçamento Parágrafo único. O Poder Executivo poderá de desenvolvimento de suas atividades.

gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido ao MEI, as ME e as EPP de que trata esta Lei. Micro e Pequenas Empresas, ao qual caberá

observancia desta Lei; regulamentar mediante resoluções a aplicação

 III – estabelecer o regimento interno do Comité dos capítulos desta Lei; II – gerenciar os subcomitês técnicos atenderão às demandas especificas decorrentes dic

a voto, representantes dos seguintes órgãos e sera constituido por 3 (très) membros, com direito À desta Lei. Pequenas Empresas, de que trata a presente Lei Gestor Municipal, disciplinando as omissões . 4°. O Cornité Gestor Municipal das Micro e

 II – Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal do Desenvolvimento

§ 1º – O Comitê Gestor Municipal das Micro e Representante da Associação Comercial Empresas sera presidido de Desenvolvimento, que

no processo de geração de emprego e renda e qual serão convoçadas as entidades envolvidas considerado membro-nato qualificação profissional, incluidos os outros preferencialmente no mês de novembro, para a conferência anual, Pequenas Empresas promoverá pelo menos uma § 2º - O Comitè Gestor Municipal das Micro e a ser realizada

demandadas pelo conselho e o fornecimento das Pequenas Empresas terá uma secretaria executiva qual competein as ações de cunho operacional § 3° – O Comitê Gestor Municipal das Micro e Conselhos Municipais e das microrregiões.

nformações necessárias às suas deliberações

parágrafo anterior será exercida por servidores 5º - O município, com recursos próprios e/ou ndicados pela presidência do Comitê Gestor. 4º - A secretaria executiva mencionada no parceria com outras entidades públicas ou

Gestor Municipal garantir a estrutura física e a de pessoal necessária privadas, assegurara recursos suficientes para Art. 5°. Os membros do Comitê Gestor Municipal Empresas e de sua secretaria executiva implantação e ao funcionamento do Comité iestor Municipal das Micro e Pequenas

pelos órgãos ou pelas entidades a que pertençam e nomeados por portaria do chefe do Executivo das Micro e Pequenas Empresas serão indicados

e mandato por um período de 2 (dois anós), sendo § 1° - Cada representante efetivo terá um suplente recondução.

coincidentes com o período em que estiverem no das respectivas pastas, terão seus mandatos municipais, no caso de serem os próprios titulares representantes das secretarias

representar a categoria na ausencia do titular com direito a voto, devendo exercê-lo, quando § 3" - O suplente poderá participar das reuniões exercício do cargo.

§ 4º - As decisões e as deliberações do Comitê Municipal das Micro e Pequenas

considerados relevantes ao município remunerado a qualquer título, sendo seus serviços § 5º - O mandato dos conselheiros não sera Empresas serão tomadas sempre pela maioria

> dias, sem aplicação de penalidade. possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) verificação e orientação para que o responsável irregularidade na primeira visita, não for efetuada do estabelecimento, e em ação posterior de carátei irregularidade, será lavrado um termo Art. 11. Quando na visita for constatada qualquer quando verificada qualquei 3 determinado 6

que for fixado no termo de efetuar a regulanzação dentro do cronograma qual, justificadamente, assumirá o compromisso fiscalização um termo de ajuste de conduta, no suficiente para a regularização necessária, o § 1º -Quando o prazo referido neste artigo não for deverá formalizar com o órgão de

infração com aplicação de penalidade cabível. SEÇÃO IV no termo de ajuste de conduta (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado auto § 2º -Decorridos os prazos fixados no caput ou

DA SALA DO EMPREENDEDOR I

de registro de empresas no município, fica criada Art. 12. a Sala do Empreendedor, com as seguintes empreendedores, simplificando os procedimentos Com o objetivo de orientar os

necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação Disponibilizar aos interessados as informações

do empreendimento; Emissão da Certidão de Zoneamento na área

e tributária dos contribuintes; necessários para a regularização da situação fisca IV – Orientação acerca dos procedimentos - Emissão do "Alvará Digital";

V – Emissão de certidões de regularidade fiscal e

inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência § 1º Na hipótese de indeferimento de alvará legal na

§ 2º Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a Sala do Empreendedor administração municipal firmará parceria com

outras instituições

oferecidos no município. de crédito, associativismo e programas de apoio negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de para oferecer orientação acerca da abertura, do

CAPITULO V

DO REGIME TRIBUTÁRIO

Gestor do Simples Nacional de Qualquer Natureza (ISSQN) com base nesta Lei, em consonància com a Lei Complementar Αn. Federal nº 123/06, e regulamentação pelo Comitê Nacional recolherão o Imposto Sobre Serviços As MEs e EPPs optantes pelo Simples

Art. 14. O MEI poderá optar pelo recolhimento do ISSQN em valor fixo mensal, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, conforme previsto no art. 18-A da Lei Complementar de ISS

das

DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO observar as seguintes normas Lei Complementar Federal nº 116/03 e devera permitida se observado o disposto no art. 3º da cptante pelo Simples Nacional somente será microempresas ou das empresas de pequeno porte Federal nº 123/06 A retenção na fonte

> Simples Nacional. com as normas expedidas pelo Comitê Gestor do dispuser o Executivo municipal, em conformidade ser cobrado por valores fixos mensais, conforme R\$ 120,000,00 (cento e vinte mil reais), poderá receita bruta, no ano-calendário anterior, de até VII - ISSQN devido por microempresa que aufira

Art. 18. As empresas cuja atividade seja escritório Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei IX - Os beneficios previstos nesta Lei aplicam-se do maior recolhimento possível do tributo para a tenha ingressado no regime geral da Microempresa após a vigência desta Lei, desde que a empresa aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. ingressado no regime geral da Microempresa e somente aos fatos geradores ocorridos apos a Anexos da Lei Complementar Federal nº 123/06 faixa de enquadramento prevista nas tabelas dos não poderão exceder a 50% (cinqüenta por cento) receita bruta recebida no mês pelo contribuinte Art. 17. vigência desta Lei, desde que a empresa tenha recolhimento do ISS, independentemente VIII - Os valores fixos mensais estabelecidos para Os benefícios previstos nesta Lei Ę. â

e EPP nos termos da Lei Complementar Federal ocorridos após a vigência desta Lei, desde que a 06, aplicam-se somente aos fatos geradores constantes na Lei Complementar Federal nº 123/ Art. 19. Os benefícios previstos nesta Lei, não acordo com a Legislação Municipal.

de serviços contábeis deverão recolher o ISS de

CAPÍTULO VII

designação de servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos observadas as especificidades locais dispositivos Art. 20. Caberá ao Poder Executivo municipal a DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO previstos na presente Lei,

desenvolvimento. § 2º - O agente de desenvolvimento deverá local ações Complementar, sob supervisão do órgão gestor disposições e diretrizes contidas nesta Lei coletivas. ações locais ou comunitárias, individuais ou desenvolvimento local e territorial, mediante caracteriza-se pelo exercício de articulação das § 1º - A função de agente de desenvolvimento responsável pelas publicas que busquem o cumprimento das para a promoção do

preencher os seguintes requisitos:

desenvolvimento;

III – ter concluído o ensino fundamental/primeiro qualificação básica para a formação de agente de residir na área da comunidade em que atuar. ter concluido, com aproveitamento, curso de

promoção de intercâmbio experiências.
CAPÍTULO VIII de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promação de intercâmbio de informações e demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, 3º – Caberá ao agente de desenvolvimento

DA CAPACITAÇÃO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS m

aplicavel na retenção na fonte devers

§ 1º – Havendo alguma restrição na comprovação participação na habilitação. (dois)

classificação, para a assinatura do contrato, ou direito à contratação, sem prejuizo das sanções prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do regularização fiscal para a abertura da fase recursal. § 3º – A não-regularização da documentação, no propostas, aguardando-se os prazos para o momento posterior ao julgamento das sendo facultado à administração convocar os previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/93. caso da modalidade de pregão, e nos demais casos remanescentes, na

obras, a subcontratação de microempresa ou de R\$ 80,000,00 (oitenta mil reais), exigir dos constar no instrumento convocatório da licitação licitantes, para fornecimento de bens, serviços e casos de contratações cujo valor seja superior a Art. 29. As entidades contratantes deverão, nos **5%** de pequeno porte em percentual mínimo (cinco por cento), sob pena

cento) de total licitado. § 2º - É vedada a avista especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por prevista no instrumento convocatório,

licitantes com a descrição dos bens e serviços a porte a serem subcontratadas deverão estar serem fornecidos e seus respectivos valores. indicadas e qualificadas nas propostas dos § 3º – As microempresas e empresas de pequeno itens determinados ou de empresas específicas E vedada a exigência de subcontratação de

cabíveis sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções notificando o órgão ou a entidade contratante, subcontratação, mantendo 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da substituir a subcontratada, no prazo máximo de § 4° - A empresa contratada compromete-se a contratado até a sua execução total, 0 percentual

gerenciamento centralizado e qualidade padronização, compatibilidade

destinados diretamente às microempresas e § 6º – Os empenhos e os pagamentos do órgão ou empresas de pequeno porte subcontratadas. da administração poderão ser

Art. 21. Todos os serviços de consultoria e DO

Comercial do Estado, com a designação do porte - certidão atualizada de inscrição na Junta inscrição no CNPJ para fins de qualificação

das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos Art. 28. A comprovação de regularidade fisca contratação e não como condição

corresponderá ao momento em que o proponente § 2° - Entende-se o termo "declarado vencedor efeito de certidão negativa, eventuais certidões negativas ou positivas com regularização da documentação, do pagamento for declarado vencedor do certame, para a da regularidade fiscal, sera assegurado o prazo de do parcelamento do débito, e para a emissão de cujo termo

de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no ordem de

revogar a licitação. § 4º - O disposto no paragrafo anterior deverá

§ 1º – A exigência de que trata o caput deve esta

§ 5º – A empresa contratada responsabiliza-se

subcontratada à empresa contratada, desde administração deverá transferir a parcela Demonstrada a inviabilidade de nova atratação, nos termos do § 5°, a termos do § 5°,

que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º — Na hipótese da não-contratação nos termos sorteio entre elas para que se identifique aquele estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 29, será realizado apresentar melhor oferta

quando a melhor oferta inicial não tiver sido adjudicado em favor da proposta originalmente 3 2º – O disposto neste artigo somente se aplicará

apresentada por microempresa ou empresa

apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos por item em situação de empate, sob pequeno porte. § 3° – No caso de pregão, após o encerramento porte melhor classificada será convocada para dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno inciso III deste artigo pena de preclusão, observado o disposto no

todos os fins a comunicação feita na forma que o instrumento convocatório, sendo válido para edital definir. pela entidade licitante, e deverá estar previsto proposta deverá ser estabelecido pelo órgão prazo para os licitantes apresentarem 4° - Nas demais modalidades de licitação, o nova 70 5

cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações deverão realizar processo licitatório destinado Art. 34. Os órgãos e as entidades contratantes

Art. 35. Não se aplica o disposto nos arts, 24 ao 31 quando:

pequeno porte não forem expressamente previstos simplificado para as microempresas e empresas de - os critérios de tratamento diferenciado e instrumento convocatório

exigências estabelecidas no ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as competitivos enquadrados como microempresas II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores

as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração ou objeto a ser contratado; representar prejuízo ao conjunto ou complexo do III — o tratamento diferenciado e simplificado para

Lei nº 8.666, de 21/06/93. IV – a licitação for dispensável ou inexigivel, nos termos dos arts. 24, incisos III e seguintes, e 25 da

nos arts. 24 a 31 não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano Art. 36. O valor licitado por meio do disposto

aos custos administrativos e aos honorários serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante artigo compreende campanhas de divulgação § 1° - O estímulo a que se refere o caput deste

enquadramento como ME e EPP se dará nas condições do art. 3º do Estatuto Nacional da Art. 38. O município proporcionará a capacitação Complementar Federal nº123/06. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Lei Art. 37. Para fins do disposto nesta Lei,

que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) desta Lei, meta anual de participação das micro e pequenas empresas nas compras do município. municipal sobre o que dispõe esta Lei. Art. 39. A administração pública municipal dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da administração definirá, em 180 días a contar da data da publicação

origem local, a administração pública municipal para merenda escolar, destacadamente aqueles de Art. 40. Em licitações para aquisição de produtos

implantar

controle

estatistico

para

previstos nos incisos I, II e III, o contrato será microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em Sociedades de Propósito Complementar nº 123, de 14 de dezembro Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei O Poder Executivo incentivare

de 2006, ou outra forma de associação para os fim

Art. 48 - A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do principais atividades empresariais relacionadas Município e incentivar o fortalecimento alocar recursos para esse tim em seu orçamento de desenvolvimento de suas atividades Parágrafo único. O Poder Executivo podera ela, por meio de associações e cooperativas.

cooperativo no Município através do (a):

I - estímulo à inclusão do estudo de incentivo as cooperativas e associações, para desenvolvimento do sistema associativo e Art. 49 - O Poder Executivo adotará mecanismos viabilizar a criação, a manutenção e

produção, do consumo e do trabalho; empreendedora como forma de organização de cooperativismo e associativismo nas escolas município, visando ao fortalecimento da cultura

 III – estabelecimento de mecanismos de triagem e de atuação, com base nos princípios gerais do social, econômica e cultural nos diversos ramos II – estimulo à forma cooperativa de organização associativismo e na legislação vigente;

de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando á inclusão da população do município no mercado produtivo fomeniando estimulo à atividade associativa e cooperativa qualificação da informalidade, para implementação IV - criação de instrumentos específicos de alternativas para a geração de trabalho e renda;

V - apoio aos funcionários públicos e aos
V - apoio aos funcionários públicos e aos CAPITULO XV VI – cessão de bens e imóveis do município cooperativas de crédito e consumo;

DA MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Art. 50. O município poderá celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Podes microempresas localizadas em seu território. utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos Judiciário, objetivando a estimulação e a interesse das empresas de pequeno porte e

extrajudicial, bem criar e implantar (OAB) e as universidades, com a finalidade Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil também poderá formar § 2º – Com base no caput deste artigo, o município como postos o setor de conciliação parceria com

TRANSITÓRIAS CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES FINAIS

da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos nos últimos cinco anos dos débitos relativos ao ISSQN e aos demais débitos com o município, de responsabilidade (vinte e quatro) parcelas Art. 51. É concedido parcelamento, em até 24 mensais e sucessivas,

§ 1º – O valor mínimo da parcela mensal

privadas, assegurará recursos suficientes para em parceria com outras entidades públicas ou parágrafo anterior será exercida por servidores informações necessárias às suas deliberações garantir a estrutura física e a de pessoal necessário indicados pela presidência do Comité Gestor. § 4º - A secretaria executiva mencionada no § 5º -- O município, com recursos próprios e/ou i implantação e ao funcionamento do Comitê

das Micro e Pequenas Empresas serão indicados Art, 5°. Os membros do Comitê Gestor Municipal municipal. e nomeados por portaria do chefe do Executivo pelos órgãos ou pelas entidades a que pertençam Empresas e de sua secretaria executiva.

Gestor Municipal das Micro e Pequenas

e mandato por um periodo de 2 (dois anos), sendo § 1º - Cada representante efetivo terá um suplente

nunicipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas pastas, terão seus mandatos exercício do cargo coincidentes com o período em que estiverem no 2º -- Os representantes das secretarias

representar a categoria na ausência do titular com direito a voto. devendo exercé-lo, quando § 3º - O suplente poderá participar das reuniões

absoluta de seus membros. Empresas serão tomadas sempre pela maioría Gestor Municipal das Micro e Pequenas § 4º - As decisões e as deliberações do Comitê

considerados relevantes ao município. remunerado a qualquer título, sendo seus serviços § 5º – O mandato dos conselheiros não será

DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO CAPÍTULO II

de empresas deverão observar os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº 123/ Comité para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de 06, na Lei nº 11.598/07 e nas Resoluções do envolvidos no processo de abertura e fechamento Art. 6° Todos os órgãos públicos municipais

especial e opcional para o empreendedor na forme a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da empreendedor individual deverá ter trâmite § 1º O processo de registro Empresas e Negócios (REDESIM). para o empreendedor na forma do micro

que irá abranger as taxas e as § 2º, Fica criado o documento único de arrecadação Secretarias

V – Emissão de certidões de regulandade nscare

a respeito dos fundamentos e será oferecida inscrição municipal, o interessado será informado § 1º Na hipótese de indeferimento de alvará ou Sala do Empreendedor orientação para adequação à exigência legal na

outras instituições implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal firmará parceria com § 2º Para a consecução dos seus objetivos, na

incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca funcionamento e do encerramento de empresas oferecidos no municipio. de crédito, associativismo e programas de apoio para oferecer orientação acerca da abertura, do

CAPITULO V

Nacional recolhera o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com base nesta DO REGIME TRIBUTÁRIO Art. 13. As MEs e EPPs optantes pelo Simples Federal nº 123/06, e regulamentação pelo Comitê Lei, em consonância com a Lei Complementar

previsto no art. 18-A da Lei Complementar regulamentada pelo Comité Gestor, conforme do ISSQN em valor fixo mensal, na forma Art. 14. O MEI poderá optar pelo recolhimento Gestor do Simples Nacional.

microempresas ou das empresas de pequeno porte Art. 15. A retenção na fonte de ISS permitida se observado o disposto no art. 3º da cptante pelo Simples Nacional somente sere Lei Complementar Federal nº 116/03 e deverá Federal nº 123/06. das

ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação; ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06 para ser informada no documento fiscal e corresponderá observar as seguintes normas a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a l – a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá

prestado no mês de início das atividades da II – na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser menor aliquota prevista nos Anexos III, IV ou V devera ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à microempresa ou empresa de pequeno porte,

da Lei Complementar Federal nº 123/2006; III – na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre i alíquota utilizada e a efetivamente apurada, cabera

> observadas as especificidades locais. dispositivos previstos estrutura funcional para a efetivação designação de servidor e área na presente C: dos

ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei local § 1º – A função de agente de desenvolvimento desenvolvimento local e territorial, mediante ações públicas caracteriza-se pelo exercício de articulação das Complementar, sob supervisão do órgão gestor responsável para a promoção pelas políticas do de

desenvolvimento. § 2º -- O agente de desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

 II – ter concluido, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento; l - residir na área da comunidade em que atuar,

III – ter concluido o ensino fundamental/primeiro

representação empresarial, o suporte para ações grau. § 3º - Cabera ao agente de desenvolvimento promoção de intercâmbio de informações e demais entidades municipalistas e de apoio e Indústria e Comercio Exterior, juntamente com as experiências de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento,

DESENVOLVIMENTO CAPÍTULO VIII DOS PEQUENOS NEGÓCIOS CAPACITAÇÃO m DO

Art. 21. Todos os serviços de consultoria e instrutora contratados pela ME ou EPP e que terão a alíquota de ISSON reduzidas a 2% com a capacitação gerencial ou dos funcionários tenham vinculo direto com seu objeto social ou CAPITULO IX inteiros por cento)

Seção i DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

empresas de pequeno porte de vários setores de a finalidade de desenvolver microempresas e podendo instituir incubadoras de empresas, com programa de desenvolvimento empresarial Art. 22. Do apoio à inovação O Poder Público municipal manterá

Art. 23. O Poder Público municipal apoiará e

especificando-se o percentual mínimo do objeto previsia § 1º - A exigência de que trata o caput deve estar a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por no instrumento

porte a serem subcontratadas deverão estar lícitantes com a descrição dos bens e serviços a itens determinados ou de empresas específicas serem fornecidos e seus respectivos valores. indicadas e qualificadas nas propostas dos § 3º – As microempresas e empresas de pequeño

sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis. originalmente contratado até a sua execução total, notificando o órgão ou a entidade contratante, 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação. substituir a subcontratada, no prazo máximo de § 4° - A empresa contratada compromete-se a mantendo o percentual

pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação. A empresa contratada responsabiliza-se

da entidade da administração poderão ser § 6º -- Os empenhos e os pagamentos do órgão ou destinados diretamente as microempresas e

subcontratada à empresa contratada, desde que

§ 8º - Não deverá ser exigida a subcontratação sua execução já tenha sido iniciada

 I – microempresa ou empresa de pequeno porte;
 II – consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por microempresas e empresas de

que não 33 da Lei nº 8.666, de 21/06/93 haja prejuizo para o conjunto

de 5% (cinco por cento), sob pena

convocatório,

cento) do total licitado. § 2º - É vedada a exigência de subcontratação de

\$ 50

§ 7º - Demonstrada a inviabilidade de nova empresas de pequeno porte subcontratadas. subcontratação, nos termos do § 5°, administração deverá transferir a parcela

prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
Art. 30. A exigência de subcontratação não será quando esta for inviável, não for vantajosa para a administração pública municipal ou representar

aplicável quando o licitante for:

pequeno porte, respeitado o disposto no artigo

Art. 31. Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde

ou regionalmente e ca exigências estabelecidas no instrumento

representar prejuizo ao conjunto ou complexo do não for vantajoso para a administração ou as microempresas e empresas de pequeno porte III – o tratamento diferenciado e simplificado para convocatório; objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos aris. 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

nos arts. 24 a 31 não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil. Art. 36. O valor licitado por meio do disposto

enquadramento como ME e EPP se dará nas condições do art. 3º do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar Federal nº123/06 Art. 37. Para fins do disposto nesta Lei, o

das comissões de licitação da administração Art. 38. O município proporcionará a capacitação municipal sobre o que dispõe esta Lei. dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros

pequenas empresas nas compras do município desta Lei, meta anual de participação das micro e que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) definirá, em 180 dias a contar da data da publicação Art. 39. A administração pública municipal implantar controle estatístico para

para merenda escolar, destacadamente aqueles de Art. 40. Em licitações para aquisição de produtos origem local, a administração pública municipal devera utilizar preferencialmente a modalidade do

Capitulo XI pregão presencial.

incentivará a realização de feiras de produtores e artegãos, assim como apoiará missão técnica para Estímulo ao mercado local municípios de grande comercialização. exposição e venda de produtos locais em outros Art. 41. A administração pública municipal

CAPITULO XII AO CRÉDITO E

empreendedores e das empresas de micro e estimulo ao crédito e a capitalização dos Art. 42. A administração pública municipal, para DO ESTÍMULO

DA MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

de interesse das empresas de pequeno porte e Judiciário, objetivando a estimulação e a com entidades locais, inclusive com o Poder Art. 50. O municipio poderá celebrar parcerias utilização dos institutos de conciliação prévia. microempresas localizadas em seu território. mediação e arbitragem para solução de conflitos

artigo compreende campanhas de divulgação cobrados aos custos administrativos e aos honorários diferenciado, simplificado e favorecido no tocante serviços de esclarecimento e tratamento § 1° - O estimulo a que se refere o caput deste

extrajudicial, bem como postos avançados criar e implantar o setor de conciliação (OAB) e as universidades, com a finalidade de também poderá formar parceria com Podet Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil § 2º -- Com base no caput deste artigo, o município

CAPITULO XVI TRANSITÓRIAS DISPOSIÇÕES FINAIS

da microempresa ou empresa de pequeno porte e débitos com o município, de responsabilidade (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos ao ISSQN e aos demais Art. 51. É concedido parcelamento, em até 24 ocorridos nos últimos cinco anos de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores

§ 1º - O valor mínimo da parcela mensal sera de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

debitos inscritos em dívida ativa. § 2° - Esse parcelamento alcança inclusive 3º - O parcelamento será requendo na Secretaria

Municipal da Fazenda. § 4º - A inadimplência de 3 (três) parcelas

parcelamento, mediante notificação. § 5º - As parcelas serão i monetariamente, anualmente, com base na variação consecutivas é causa de rescisão dos efeitos parcelas serão atualizadas

Art. 52. Fica instituído o Dia Municipal da Micro Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), apurado pelo

e Pequena Empresa e do Desenvolvimento, que

Diário do Estado

amplamente divulgada, em que serão ouvidas fomento aos pequenos negócios e melhorias da lideranças empresariais e debatidas propostas de audiência pública na Câmara dos Vereadores, Paragrafo único. Nesse dia, será realizada sera comorado em 5 de outubro de cada ano

dos empreendimentos informais. claborará cartilha para ampla divulgação dos Art. 54. A administração pública municipal, como Lei, especialmente atendo em vista a formalização benefícios e das vantagens instituídos por esta Art. 53. A Secretaria Municipal da Fazenda

programas específicos de atração de novas qual decorra renúncia de receita devera atender incentivo ou beneficio de natureza tributária da pequenas empresas no município e promover o ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar 101/ Art. 55. Toda a concessão ou ampliação entidades públicas ou privadas empresas de forma direta ou em parcena com outras seu desenvolvimento, incentivará a criação de forma de estimular a criação de novas micro e

correrão por conta das dotações constantes do Art. 56. As despesas decorrentes da presente Lei

publicação, produzindo efeitos a partir do Art. 58. Revogam-se as demais disposições em primeiro dia util subsequente à sua publicação. Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua

Rio Verde de Mato Grusso ~ MS, 30 de Junho de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 016/2010 DE 21 Prefeito Municipal WILIAM DOUGLAS DE SOUZA BRITO

DE JUNHO DE 2010 Município de Rio Verde de Mato Grosso e dá Indireta ou Fundacional do Poder Executivo do Servidores Públicos da Administração Direta "Estabelece o Regime Jurídico Estatutário dos

outras providências

Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das Prefeito Municipal de Rio Verde de Mato Grosso WILIAM DOUGLAS DE SOUZA BRITO

DISPOSIÇÕES GERAIS

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

jurídico estatutário aos servidores públicos da Município. Mato Grosso, nos termos da Lei Orgânica do Poder Executivo do Município de Rio Verde de administração direta, indireta ou fundacional do Art. 1° - Esta Lei Complementar institui o regime

constitucionais pertinentes e preceitos legais e jurídico é o conjunto de Parágrafo único - Para efeito desta Lei, regime responsabilidades, deveres, proibições

público de provas ou de provas e ti obedecidos à ordem de classificação e o pro-

sua validade. Subseção II

Da Readaptação Art. 12 - Readaptação é a transform física ou mental, verificada em perícia atribuições e responsabilidades compativo investidura do servidor estável para um ca limitação que tenha sofrido em sua cap

equivalência de vencimentos nível de escolaridade exigidos, atribuições afins, respeitados a habilita lº - A readaptação será efetivada em ca

o servidor exercera suas atributções excedente até a ocorrência de vaga. 2º - Na hipótese de inexistência de carg

o servidor readaptando ou readapta aposentado por invalidez, em caso de Art. 13 - Se julgado incapaz para o serviço

Art. 14 - A readaptação será feita a pedido officio" e será processada:

em lei ou regulament requisitos de habilitação profissional da pericia medica oficial, desde que aten participando de programa de reabi haver prorrogação, no caso de o serviperíodo não superior a 6 (seis) meses, com a manifestação da pericia médica ofic Municipal de Administração, de confon Municipal, de conformidade com a mani I - quando definitiva, por ato do rofissional, até o máximo de 2 (dois) quando provisória, mediante ato do Se

readaptado definitivamente antes Parágrafo único - O servidor provisoriamente

detentor de mais de 1 (um) cargo, dever Art. 16 - Quando o servidor readapta outro que lhe permita fazer o provimento servidor readaptado em caráter definiti transformar, sem aumento de despesa, o c Art. 15 - O Prefeito Municipal fica auto cumpridos os requisitos atinentes à acu-Subseção III

perícia médica oficial, forem servidor aposentado por invalidez quan-Art. 17 - Reversão é o retorno à ativ Da Keversao insubsistentes os motivos de sua aposen

extinto o cargo, o servidor reventido exerc Parágrafo único - Encontrando-se prov atribuições como excedente até a ocorri

officio", no mesmo cargo ou no resultant Art. 18 - A reversão far-se-a a pedido

Subseção IV de servidor que já tiver completado 70 (anos de idade, data compulsória para esse Art. 19 - Não poderá ser revertida a apos



CNPJ. 03 354 560/0001-32

III - Representante da Associação Comercial.

- § 1º O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas será presidido pelo Secretário de Desenvolvimento, que é considerado membronato.
- § 2º O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas promoverá pelo menos uma conferência anual, a ser realizada preferencialmente no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, incluídos os outros Conselhos Municipais e das microrregiões.
- § 3º O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas terá uma secretaria executiva, à qual competem as ações de cunho operacional demandadas pelo conselho e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.
- § 4º A secretaria executiva mencionada no parágrafo anterior será exercida por servidores indicados pela presidência do Comitê Gestor.
- § 5º O município, com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física e a de pessoal necessária à implantação e ao funcionamento do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas e de sua secretaria executiva.
- **Art. 5°.** Os membros do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão indicados pelos órgãos ou pelas entidades a que pertençam e nomeados por portaria do chefe do Executivo municipal.
- § 1º Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 2 (dois anos), sendo permitida recondução.





CNPJ. 03 354 560/0001-32

- § 2º Os representantes das secretarias municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício do cargo.
- § 3º O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.
- § 4º As decisões e as deliberações do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.
- § 5º O mandato dos conselheiros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao município.

CAPÍTULO II DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO Seção I Da inscrição e baixa

- **Art. 6º.** Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas deverão observar os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei nº 11.598/07 e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).
- § 1º O processo de registro do micro empreendedor individual deverá ter trâmite especial e opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da REDESIM.
- § 2º. Fica criado o documento único de arrecadação que irá abranger as taxas e as Secretarias envolvidas para abertura de microempresa ou empresa de pequeno porte, contemplando a junção das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde, e outras que venham a ser criadas.





CNPJ. 03 354 560/0001-32

§ 3º - Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto no § 2º deste artigo.

Seção II Do alvará

- **Art. 7º.** Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto
- § 1º Para efeitos desta Lei, considera-se como atividade de alto risco aquelas que assim forem definidas pelo Comitê Gestor da REDESIM.
- § 2º Para efeitos desta Lei considera-se como atividade de risco alto aquelas cujas atividades sejam prejudiciais ao sossego público e que tragam riscos ao meio ambiente e que contenham entre outros:
 - I material inflamável:
 - II aglomeração de pessoas;
 - III possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido em Lei;
 - IV material explosivo;
- V Outras atividades assim definidas em Lei Municipal

§ 3º – O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos pelo Comitê Gestor da REDESIM.

CAPÍTULO III

1



CNPJ. 03 354 560/0001-32

DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

- **Art. 8º.** A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.
- **Art. 9º.** Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

- **Art. 10.** A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento, e em ação posterior de caráter punitivo quando verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.
- **Art. 11.** Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.
- § 1º Quando o prazo referido neste artigo não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização um termo de ajuste de conduta, no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no termo.
- § 2º Decorridos os prazos fixados no *caput* ou no termo de ajuste de conduta (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

SECÃO IV





CNPJ. 03 354 560/0001-32

DA SALA DO EMPREENDEDOR 1

- **Art.12.** Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:
 - I Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;
 - II Emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;
 - III Emissão do "Alvará Digital";
 - IV Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;
 - V Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.
- § 1º Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Sala do Empreendedor.
- § 2º Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal firmará parceria com outras instituições

para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

1

CAPÍTULO V



CNPJ. 03 354 560/0001-32

DO REGIME TRIBUTÁRIO

- **Art. 13.** As MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com base nesta Lei, em consonância com a Lei Complementar Federal nº 123/06, e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
- **Art. 14.** O MEI poderá optar pelo recolhimento do ISSQN em valor fixo mensal, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, conforme previsto no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123/06.
- **Art. 15.** A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optante pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03 e deverá observar as seguintes normas:
- I a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06 para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;
- II na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início das atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- III na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subseqüente ao do início de atividade em guia própria do município;





CNPJ. 03 354 560/0001-32

IV – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o *caput* deste artigo;

V – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

VI – não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do município;

VII – o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Capitulo VI Dos benefícios fiscais

Art. 16. Os MEis, Mês e EPPs terão os seguintes benefícios fiscais:

- I redução de10% (dez por cento) no pagamento da taxa de licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento de microempresas e empresas de pequeno porte;
- II ficam reduzidos a 50% (cinqüenta por cento) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença e ao cadastro do micro empreendedor individual;
- III redução de 20% (vinte por cento) no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nos primeiros 12 (doze) meses de instalação, incidente sobre único imóvel próprio, alugado ou cedido que seja utilizado pela microempresa e empresa de pequeno porte;
- IV isenção do ISS para as empresas cuja receita bruta nos últimos doze meses não ultrapassar o limite de R\$10.300,00 (dez mil e trezentos reais).